

Contribuições para a história dos *Princípios de Filosofia* de Descartes

Jordino Marques/VFG

Resumo

Neste artigo, tento demonstrar que os *Princípios de Filosofia* de Descartes devem ser compreendidos com referência ao pano-de-fundo histórico que determinou as linhas mestras de seu trabalho.

Abstract

In this article I try to show that Descartes' *Principia Philosophiae* must be understood with reference to the historical background which determined the outlines of his work.

Não é difícil de se imaginar a repercussão que tiveram as *Meditações* de Descartes. O fato de estudiosos terem acesso à obra, antes mesmo de sua publicação, em agosto de 1641, permitiu que fossem incluídas, já na edição inicial, as principais objeções levantadas contra ela e as respectivas respostas. Tal edição trazia na capa a expressão *cum privilegio et approbatione Doctorum*, mas na verdade nunca houve a citada aprovação, embora Descartes tenha lutado por ela e obtido o privilégio que dizia respeito muito mais aos direitos autorais e ao contrato com a casa editora.

A segunda edição das *Meditações*, publicada em Amsterdam em novembro de 1642, traz as *Sétimas Objeções* cujo autor é o jesuíta, Pe. Bourdin. Tais objeções desagradam de tal modo a Descartes que ele, além de responder às objeções, escreve uma

carta ao Pe. Dinet, provincial dos jesuítas em Paris, reclamando dos ataques de Bourdin a seus escritos. Reclama também das críticas dirigidas ao cartesianismo pelo reitor da Universidade de Utrecht, Voet, que também investe contra Regius, discípulo de Descartes e professor naquela instituição. Em doze cartas escritas de novembro de 1641 a junho de 1642, Descartes ajudará Regius na defesa de suas posições. E como a segunda edição das *Meditações* tarda para sair, Descartes espera poder inserir nela uma palavra contra Voet.

Numa carta de 26 de abril de 1642, dirigida a Huygens, o filósofo diz que seu intento não é engajar-se nas controvérsias sobre religião e polemizar com Voet e a Bourdin. "Com efeito, eu não procuro senão a paz de uns e de outros, mas vejo bem que para obtê-la, é-me necessário, um pou-

co, fazer a guerra''.¹ Há duas frentes distintas contra as quais Descartes luta. A carta ao provincial dos jesuítas não provocará resposta nenhuma e Dinet promoverá, em 1644, a reconciliação entre Descartes e Bourdin. Como a situação em Utrecht se agrava, Descartes publica, em 1643, a *Epistula ad Voetium*.

Vejamos, em primeiro lugar, em que contexto se deu a correspondência entre Descartes e Dinet e, em seguida, a polêmica com Voet, para detectarmos bem sob que circunstâncias são escritos os *Princípios de Filosofia*.

Descartes se ofendeu por causa de uma discussão pública sobre seus ensaios no colégio dos jesuítas de Clermont, em Paris.² Em uma carta do dia 28 de outubro de 1640, ele se reporta ao fato de que Mersenne dissera, em tal ocasião, a Bourdin que, se este tivesse objeções a Descartes, devia enviá-las a ele. Descartes diz que a atitude de Mersenne foi prova de amizade, mas ele gostaria de ainda ter em mãos os argumentos dos jesuítas, para deles se servir convenientemente. Descartes é incisivo nessa correspondência com Mersenne, porque ele conhece como funciona a organização dos jesuítas e ele dá a entender a seu correspondente que, se Bourdin quiser enviar alguma objeção em seu nome particular, ele não deverá fazê-lo, se-

não depois do consentimento de seus superiores. Mersenne deve ser o portador desse recado de Descartes que, àquela época, estava predisposto a receber qualquer comentário acerca de sua obra, mesmo que fosse a opinião individual de um jesuíta, como reflexo do pensamento de toda a Companhia. Descartes crê ainda que, embora Bourdin insista em dirigir-lhe ataques, ele poderá ser reprimido pelos superiores em nome da honra da Companhia, visto que Bourdin, para Descartes, não tem nada de bom a dizer.³

A polêmica continua a ter desdobramentos e, em dezembro de 1641, Descartes fica sabendo que Bourdin acaba de desenvolver objeções contra as *Meditações*. Novamente, Descartes envia duas cartas, uma em francês e outra em latim, a Mersenne, para que a primeira seja transmitida aos jesuítas. Segundo G. Rodis-Lewis, Bourdin compusera um tratado para mostrar que tudo que Descartes escrevera sobre a filosofia primeira era falso, ridículo, ou, ao menos, inútil.⁴ Em cada parágrafo da carta latina, Descartes manifesta seu desagrado, iniciando a argumentação com o verbo *miror*. Ele denuncia seu espanto diante da proposta de Bourdin de não publicar seu tratado sobre a filosofia cartesiana desde que Descartes não respondesse

¹ A.T. III, p. 783-4.

² G. Rodis-Lewis, Descartes, p. 203.

³ A.T. III, p. 206-7.

⁴ Rodis-Lewis, op. cit., p. 204.

à objeção.⁵ Podemos então dizer que estamos diante de uma 'chantagem'. Não há uma resposta direta de Descartes a Bourdin, mas na carta francesa da mesma data a Mersenne, ao comentar as razões por que se recusa a escrever um comentário sobre os cursos que são dados nos colégios jesuítas, Descartes dirá que não tem mais o plano de destruir a filosofia dos jesuítas, "pois vejo que ela é tão absoluta e claramente destruída, só através do estabelecimento da minha, de modo que não há necessidade de refutação".⁶

A querela continua acesa na correspondência de Descartes com Mersenne. Aquele diz que não vê franqueza nos feitos dos jesuítas, pois as cartas de Bourdin mostram que eles só agem de maneira indireta "e enquanto eles só agirem comigo através dele (Bourdin), não acreditaria que eles quisessem a paz, também não estou mais resolvido a calar ao público aquilo que se passar entre eles e mim. O Sr. pode comunicar a eles que não tenho nenhum plano de escrever contra eles, ou seja, de usar injúrias e calúnias para desacreditá-los, como o Pe. Bourdin fez há pouco comigo".⁷ Vemos, pois, algumas indicações do estado de ânimo em que Descartes se encontrava e que, de certa forma, pode ter determinado o desejo de escrever os *Princípios*

e que permite talvez uma avaliação diferente da habitual, que tentou ver em Descartes uma indiferença e uma submissão total às instâncias eclesiais. Isso se tornará mais evidente na carta a Huygens, de 31 de Janeiro de 1642, na qual Descartes não só volta à polêmica com os jesuítas, como também dá indicações dos planos de escrever os *Princípios*. Vejamos o tom dessa correspondência, para concluir o que está se passando, pois ele diz que "há quatro ou cinco dias que tenho o escrito dos jesuítas. É um prisioneiro que tenho em minhas mãos e que desejo tratar do modo mais cortês que puder. Mas eu o considero tão culpável, que não vejo nenhum modo de salvá-lo. Reúno todos os dias meu conselho de guerra sobre esse assunto e espero que em pouco tempo o Sr. poderá ver o processo".⁸ O tom é áspero. Ele fala de um texto que se tornou prisioneiro e de um conselho de guerra. As figuras de linguagem ressentidas, que ainda teremos ocasião de analisar, são indicativas de muitas coisas. Lembremo-nos de que Descartes fora soldado nas tropas de Guilherme de Nassau, lembremo-nos, também, de que nas circunstâncias de um acampamento militar de inverno de 1619, ele teve a intuição do conjunto de toda sua filosofia. Por isso, o apropriar-se da metáfora da guerra não pode ser estranho para ele. O parágrafo

5 A.T. III, p. 456.

6 A. T. III, p. 470.

7 A.T. III, p. 481.

8 A.T. III, p. 523.

fo seguinte da mencionada carta continua a usar a metáfora, quando Descartes diz que

talvez essas guerras escolásticas serão a causa de que meu *Monde* virá logo ao mundo e eu creio que isso será em breve, embora eu quisesse, antes, fazê-lo aprender a falar latim e eu o chamarei suma filosófica, a fim de que ele se introduza mais facilmente na conversação das pessoas da escola que agora o perseguem e procuram sufocá-lo antes de seu nascimento, do mesmo modo que os jesuítas e os ministros.⁹

Tudo isso evoca uma mudança de tática de Descartes que, de acordo com a Sexta Parte do *Discurso*, preferia manter, sem publicar, as questões científicas do *Le Monde* em função do caso Galileu.¹⁰ Sabemos que o texto dessa suma filosófica que, afinal, é o texto dos *Princípios*, não é o mesmo do *Le Monde*, mas o conteúdo daquele corresponde em boa parte ao deste. Mais uma vez, podemos observar que há motivações para uma justificação de si mesmo, ou para uma apologia no intento de Descartes. O mesmo pode ser lido na primeira carta latina a Mersenne, de 22 de dezembro de 1641, na qual Descartes se admira das posições dos jesuítas. No primeiro parágrafo dessa carta, Descartes diz que escreve

uma suma de filosofia na qual reconhece existir um grande número de coisas totalmente diferentes (*permutata... valde diversa*) daquelas que se costuma ensinar em suas (dos jesuítas) escolas, mas porque sem nenhum intento de contradição e só pelo amor da verdade proposta por mim, tenho a convicção de escrever não realmente contra, mas antes, a favor deles, como a amantes da verdade mais profunda.¹¹

Todos esses textos nos mostram, enfim, que Descartes é movido por algumas questões pessoais ao escrever os *Princípios*. Rodis-Lewis chama a atenção, em sua biografia do filósofo, para o fato de que esse primeiro confronto entre sua defesa da verdade contra Bourdin e Voet talvez tenha feito Descartes renunciar a uma guerra geral, a fim de que pudesse conseguir a benevolência de seus antigos mestres e lhes propor um curso de filosofia adaptado ao ensino, com artigos breves e com a exclusão de toda disputa.¹² Talvez pudéssemos dizer que a guerra continuou, mas, com outras armas.

Tentemos ver agora como Descartes reage na carta a Dinet, referindo-se às *Sétimas Objeções*. Partindo do fato de que Dinet é provincial dos jesuítas e Bourdin pertence à sociedade, Descartes começa por usar a metáfora do corpo bem constituído, no qual há

9 A.T. III, p. 523.

10 A.T. VI, p. 60.

11 G. Rodis-Lewis, op. cit., p.205.

12 G. Rodis-Lewis, op. cit., p. 205.

união e comunicação de todas as partes entre si, de modo que nunca uma age simplesmente com as forças que lhe são próprias. Ao receber o escrito de Bourdin, Descartes acreditava não receber algo que viesse de um só, mas esperava que fosse um pensamento exato e eqüitativo de todo o corpo da sociedade. Isso, porém, não aconteceu e Descartes se diz totalmente contrariado (*plane obstupui*).¹³ Ele apela, nessa correspondência, para o fato de Bourdin ser religioso jesuíta, ter voto solene de praticar a virtude e estar, com esse escrito tão acerbo, praticando algo tão contrário aos princípios, que uma pessoa comum não o faria igual. Segundo Descartes, deveria aparecer em tal escrito o amor a Deus e o zelo ardente para promover a sua glória, (vale a pena lembrar que Inácio de Loyola tornara famoso o princípio *A d maiorem Dei gloriam*), mas o que se vê "é o prazer de me combater contra toda espécie de razão e de verdade, por puras ficções e autoridades mal fundadas".¹⁴

O espírito belicoso de Descartes parece também querer desmoralizar o texto de Bourdin, que, em seu latim, não consegue se expressar "tal como se expressava, outrora, o populacho em Roma".¹⁵ Descartes reclama do fato de

as objeções de Bourdin não serem objetivas e de propiciarem até mesmo um entendimento equivocado de seus escritos por parte daqueles que, por ventura, vierem a ter contato com eles, sem terem conhecido o seu texto. Ele tem consciência de que o círculo de leitores de Bourdin é restrito aos jesuítas que estão espalhados em todo o mundo.¹⁶ Descartes chama a atenção de Dinet para o fato de que ele não deixa, em seus *Meteoros*, de escrever de maneira mais clara e mais verossímil do que todo autor que escreveu antes dele, e não vê razões para que os professores jesuítas deixem de mencioná-lo, nos seus cursos, a não ser que eles dêem crédito a Bourdin que nunca se deu ao trabalho de ler sua obra. De fato, a edição de Alquié mostra que os *Commentarii in libris Meteororum Aristotelis Stagyrítæ*, publicados em Coimbra, em 1592, acabam sendo o pano de fundo dos *Meteoros* de Descartes.¹⁷

Descartes diz que não se preocupa muito com as objeções no campo da física e da matemática, mas como Bourdin quer destruir não por razões, mas por cavilações os princípios da metafísica (Deus e a distinção entre alma e corpo) que são tão importantes, ninguém pode censurá-lo ao empre-

13 A.T. VII, p. 564.

14 Id., Ibid.

15 A.T. VII, p. 564-5.

16 A.T. VII, p. 572.

17 F. Alquié, *Cœuvres de Descartes*, vol I, p. 720, vol II, p.1079.

ender a defesa de suas posições.¹⁸ Descartes se julga, pois, mal compreendido por seu objetor pelo fato de não ter percebido, conforme fora exposto nas respostas às *Terceiras objeções*, que ele não propunha nenhuma razão de duvidar para persuadir os outros, mas, ao contrário, para refutá-los. Então Descartes dá indicações concretas de seu procedimento que lembra o método dos médicos, "tendo nisso seguido o exemplo dos escritores médicos que descrevem as enfermidades das quais eles querem ensinar a cura".¹⁹ E ele se pergunta quem seria tão ousado e tão imprudente a ponto de censurar Hipócrates ou Galeno por terem mostrado as causas das enfermidades. A observação de Alquié sobre essa passagem é interessante. Segundo ele, Descartes indica que quem não passa por uma dúvida como a sua nunca terá certeza de nada e, portanto, duvidará sempre. Ao invés de favorecer ao ceticismo, a dúvida, momento fulcral do método cartesiano, é o remédio contra ele.²⁰

Terminada essa discussão, Descartes comunicará a Dinet coisas que nos interessam muito no que diz respeito aos *Princípios*. De certa forma, já está instalado o clima polêmico da época em que o autor redige essa obra.

Em primeiro lugar, Descartes diz que está escrevendo algo sobre a filosofia para tirar, ele mesmo, algum fruto (*ut ego etiam ex ipsa fructum percipiam*).²¹ Notemos que o projeto de Descartes, já no *Discurso*, é construir uma filosofia da qual se possam tirar frutos.²² Como os *Princípios* retomam a temática dos ensaios que foram publicados em 1637 com o *Discurso*, Descartes diz que fizera tudo o que podia para se manter ao abrigo da inveja que se abateria contra ele; diz ainda que esta foi a responsável principal pelo fato de o *Discurso* e os ensaios aparecerem sem o nome do autor e não, como poderia parecer, que "eu desconfiasse das razões que estão contidas neles, que tivesse vergonha ou que me arrependesse de tê-los escrito".²³ Descartes faz ainda alusão ao desejo, por ele expresso no *Discurso*, que sua obra não fosse publicada em vida e, como isso não ocorre, ele justifica a justificação de seus escritos dizendo que não só os que estão fora da escola e têm a possibilidade de filosofar livremente solicitaram a exposição de sua filosofia, como também os que ensinam por profissão, sobretudo os mais jovens, que se fundam mais sobre a força de seu espírito do que sobre uma falsa reputação de ciência e de

18 A.T. III, p. 573.

19 A.T. VII, p. 574.

20 F. Alquié, op. cit. vol II, p. 1080.

21 A.T. VII, p. 574.

22 A.T. VI, p. 62.

23 A.T. VII, p. 574-5.

doutrina; em uma palavra, aqueles que amam a ciência e a verdade.

É, pelo menos, curioso ver como Descartes narra essa motivação para escrever os *Princípios*.²⁴ Mas, se há esse aspecto positivo em relação ao conjunto de sua filosofia, há também um aspecto negativo na justificativa para escrever a obra. Ele vê que há falsos sábios que parecem ser sábios sem o ser e que imaginam já ter conseguido um certo renome entre os doutos somente porque sabem disputar arduamente todas as controvérsias da escola (*dé scholae controversiis acriter disputare didicerint*).²⁵ Quase poderíamos dizer que, como os filósofos gregos, em especial Platão, Descartes se preocupa, aqui, com o saber verdadeiro e o saber aparente. Se em *O Sofista* a questão é a da manipulação do ser e do não ser, em Descartes, a diferenciação entre sábio e não sábio é marcada pela necessidade da disputa no método escolástico. Descartes polemiza com a escola, mostrando que o medo que ela tem da filosofia cartesiana tem a ver com sua própria subsistência, pois os sábios temem que suas verdades sejam abolidas (*timentes ne, dedecta veritate, controversiae istae abrogentur*).²⁶ Não há lugar, pois, para a disputa na filosofia de Descartes. O

Discurso já dizia que ela é o lugar da incerteza e da controvérsia.²⁷ O filósofo confessa que, vendo crescer cada vez mais o número daqueles que se opunham a ele, resolve publicar sua filosofia e fazer tudo para que ela seja recebida por todo o mundo, se ela for conforme com a verdade.²⁸ O texto da carta a Dinet é cheio dessa animosidade contra os adversários. Vejamos, então, qual será o método empregado por Descartes nos *Princípios*. Ele anuncia que o método não será o apresentado no *Discurso*, mas uma regra ou, mais precisamente, um modo de escrever mais acomodado ao uso das escolas (*sed alio in scholarum usum magis accommodato*), tratando por pequenos artigos cada questão, de tal modo que uma não dependa, a não ser para sua prova, daquelas que a precedem, fazendo um todo orgânico no qual todas as questões formam um só corpo. A finalidade do método é, claramente, a demonstração da inutilidade das disputas escolásticas (*qua ratione spero me veritatem eorum omnium, de quibus in Philosophia solet disputari, tam clare esse expositurum, ut quicumque illam querent, per facile ipsam ibi sint inventuri*).²⁹

Tendo anunciado o escopo de sua obra e tendo pintado com traços quase

24 A.T. VII, p. 575.

25 Id., *Ibid.*

26 Id., *ibid.*

27 A.T. VI, p. 8.

28 A.T. VII, p. 577.

29 Id., *ibid.*

belicosos seu plano de torná-la pública de uma maneira nova e coerente, por artigos curtos e interligados, Descartes volta, na carta a Dinet, à temática da busca da verdade. Ele elenca, entre os que buscam a verdade, primeiramente, os jovens que a amam e se entregam à filosofia. A seguir, vêm as pessoas de todas as idades que a procuram em si mesmas, meditando sobre as verdades da filosofia (*cum soli apud se de rebus Philosophicis meditantur*), examinando-as para o próprio uso (*eaque in proprium usum examinant*).³⁰ Note-mos, de passagem, que partes essenciais do projeto cartesiano estão presentes nessas frases. Em primeiro lugar, a verdade é encontrada na meditação solitária sobre si mesmo. Em segundo, ela diz respeito ao uso prático. Lembremo-nos de que a Sexta Parte do *Discurso* já opunha à filosofia que se ensina nas escolas uma filosofia da qual se pudesse obter frutos.³¹ Mas Descartes prossegue, elencando outro grupo de pessoas que, como ele, só estão interessadas na verdade. Esse terceiro grupo seria formado pelos príncipes, pelos magistrados e por todos aqueles que estabelecem academias e colégios e fornecem grandes somas de dinheiro para se ensinar filosofia nessas instituições.³² Esse es-

forço seria baldado, se a busca da filosofia não estivesse relacionada com a busca da verdade.

Descartes pretende, na verdade, mostrar que seu projeto filosófico não representa uma ruptura total com a tradição. Ele se mostra muito cauteloso, dizendo que não pode prometer que a verdade seja encontrada na filosofia que está preparando e assegura também que não é muito verossímil que ele próprio tenha, com seu método, visto as coisas com mais clareza do que outras pessoas que seguiram os caminhos mais freqüentados e mais conhecidos, que são mais seguros que os menos conhecidos. Descartes apresenta ainda a teologia como aquilo que fornece à filosofia antiga uma segurança que a nova filosofia não possui, "*praesertim propter Theologiam cum veteram et vulgarem philosophiam optime consentire multorum annorum experientia jam docuit, de nova autem incertum est*".³³ Descartes quer manter-se de acordo com a tradição filosófica que faz a teologia e filosofia se entrelaçarem. Diz que ele não se orgulha de nada, não crê ver mais claramente do que os outros, porque não confiando muito em si mesmo, seguiu somente os caminhos mais fáceis e mais simples.

Alquíé chama a atenção, em sua edição das obras de Descartes, para a Regra IV que nos ensina a partir de

30 A.T. VII, p. 578.

31 A.T. VI, p. 64.

32 A.T. VII, p. 578.

33 A.T. VII, p. 578.

coisas simples e fáceis e nos proíbe passar a outras, enquanto ainda resta algo a desejar nas primeiras.³⁴ O início da regra IV já nos permite ver uma imagem bem típica do comportamento que Descartes critica e que, de certa forma, vê sendo usado por seus adversários. O filósofo diz que os homens têm uma curiosidade tão cega que eles conduzem seu espírito por caminhos desconhecidos e sem nenhuma razão de esperar, mas somente para correr o risco de neles encontrar, por acaso, aquilo que procuram, como alguém que, possuído de um grande desejo de encontrar um tesouro, corresse as ruas em todas as direções com a finalidade de encontrar algo que um viajante tivesse perdido. Para Descartes, é assim que trabalham os químicos, a maior parte dos geômetras e mais de um filósofo.³⁵

Na carta a Dinet, um ponto muito ilustrativo das motivações de Descartes ao escrever os *Princípios* é o mal-estar causado pelo fato de Voet ter proibido Regius de se defender dos ataques a suas idéias. Descartes analisa o fato de as escolas filosóficas sustentarem que todas opiniões contrárias às suas são falsas e cita como razão desse posicionamento as freqüentes disputas que têm lugar na filosofia escolástica. Descartes se defende de três argumen-

tos principais de Voet. Em relação ao primeiro, de que a filosofia cartesiana se opõe à antiga, Descartes afirma que sua filosofia é a mais antiga de todas e que nada há na filosofia vulgar que lhe seja contrário e que não seja novo (*Hic non repeto quod supra dixi, meam Philosophiam esse omnium antiquissimam, nihilque ab ea diversum esse in vulgari, quod non sit novum*).³⁶ À segunda afirmação de Voet – de que quando a juventude estiver imbuída dos princípios dessa filosofia, ela não mais poderá entender os termos que são empregados nos autores – Descartes responde, mostrando que a filosofia só foi instituída para conhecer a verdade, não fazendo ensinamento de nenhum termo de que ela não necessita. Nesse caso, argumenta Descartes, a retórica e a gramática deveriam ser condenadas, porque seu ofício é tratar das palavras e, no entanto, longe de ensinar os termos da filosofia usual, ela os rejeita como bárbaros (*Quasi vero necesse sit ut doceat ulla vocabula, quibus ipsa non egeat! Cur non Grammaticam et Retoricam potius eo nomine condenant, cum earum magis officium sit agere de verbis, ac tamen ab istis docendis adeo sint alienae, ut tantum barbara rejiciant?*).³⁷ A terceira razão de Voet que Descartes quer combater contém, segundo este, duas partes. A primeira é absolutamente ridícu-

34 *Regulae*, A.T. X, 375, F. Alquié, op. cit., vol. II, p.1086.

35 A. T. X, p. 371.

36 A.T. VII, p. 596.

37 Id., *ibid.*

la; a segunda, injuriosa e falsa. O primeiro argumento era o de que a juventude mal preparada (*improvida*) poderia deduzir da filosofia cartesiana opiniões falsas e absurdas e o segundo dizia que dessa filosofia seguem-se opiniões que são contrárias à teologia ortodoxa. Descartes vê essa acusação como totalmente injuriosa pois ele, católico, nunca desprezou alguém que fosse de convicção diferente da sua, no tocante às coisas da fé, porque a fé é um dom de Deus. Descartes conclui sua defesa contra Voet dizendo que trata também, em sua filosofia, de coisas que são conhecidas claramente pela luz natural, que não poderiam ser contrárias à teologia de ninguém, a não ser que essa teologia fosse manifestamente oposta à luz da razão, o que ninguém poderá dizer da teologia professada por Voet.³⁸

Encaminhando sua correspondência já para o fim, Descartes pede a Dinet que diga algo sobre sua intenção de publicar sua filosofia. As frases que se seguem na parte final da carta são muito ilustrativas das intenções gerais de Descartes ao escrever os *Princípios*. Em primeiro lugar, ele diz que o pequeno número de meditações que ele publicara continha todos os princípios dessa filosofia que ele preparava. Em segundo lugar, que a *Dióptrica* e os *Meteoros* –, escritos dos quais ele deduz as razões de muitas coisas que

acontecem todos os dias no mundo – fazem ver qual é sua maneira de raciocinar sobre os efeitos da natureza.³⁹ No entanto, Descartes acha que o que foi publicado até então era insuficiente para fazer ver qual devia ser sua filosofia. O filósofo diz ainda não se arrepender de ter publicado alguns ensaios anteriormente, de modo que sua filosofia fosse então desejada e esperada, pois, embora ele não duvide de sua verdade, não está certo se ela é desejada por todos e não quer, deste modo, oferecê-la àqueles que não a desejam, nem obrigar ninguém a recebê-la. Este receio advém da compreensão de que sua filosofia pode ser combatida apressadamente por invejosos – sob a alegação de estarem combatendo novidades – e acabar sendo condenada por pessoas sábias e avisadas. A filosofia de Descartes, porém, é desejada por particulares e por academias e a única rejeição veio da parte de um reitor que é turbulento e inepto (*a seditioso et inepto suo rectore*).⁴⁰ Descartes não vê razão para deixar de publicar sua obra, mesmo que os sábios não a desejem.

Poderíamos concluir do conjunto dessa longa carta a Dinet que Descartes aproveita a ocasião de tal correspondência para se defender de dois adversários, Bourdin, que o ataca diretamente nas *Sétimas Objeções*, e Voet

38 A. T. VII, p. 598.

39 A. T. VII, p. 602.

40 A. T. VII, p. 203.

que critica sua filosofia através de um ataque dirigido a Regius. É interessante notarmos que, mais tarde, em 1643, Voet atacará Descartes diretamente e Regius romperá com este por causa de questões de interpretação do cartesianismo. Na perspectiva de quem tem de fazer sua defesa, Descartes anuncia que está preparando os *Princípios*, dá a entender qual o método que seguirá ao escrevê-los e deixa ver, finalmente, que uma filosofia que quisesse se impor teria, em sua época, que lutar vigorosamente em várias frentes contra várias espécies de preconceitos. Na verdade, a obra de Descartes, embora permaneça ligada a temas da tradição e da filosofia que ele chama de comum, é um libelo contra o método escolástico das disputas e isso parece ser um ponto de que Descartes não abre mão nos *Princípios* e no conjunto dos outros textos.

Vejamos agora outro momento decisivo da controvérsia cartesiana que aparece na correspondência com Voet no ano de 1643. A edição de Alquié mostra que de janeiro de 1643 a julho de 1644, Descartes – que reside na Holanda até maio de 1644 – está preocupado com a redação final e com a publicação dos *Princípios*, que foi concluída a 10 de julho de 1644. A polêmica com Voet tem início, na verdade, em dezembro de 1641, quando este questiona a Regius e a Descartes, seu mestre, contra a teoria das formás

substanciais. Já dissemos que foi Descartes quem preparou a defesa de Regius, mas Voet escreve dois textos difamatórios contra a filosofia de Descartes, um intitulado *Confraternitas Mariana* e outro, *De Philosophia Cartesiana* que são respondidos através de *Epistula ad Celeberrimum Virum D. Gisbertum Voetium*, publicada em maio de 1643. A 15 de maio de 1643, uma comissão é nomeada em Utrecht para examinar essa carta de Descartes bem como aquela endereçada a Dinet, na qual, já vimos, estavam em questão os ataques de Bourdin e de Voet. É feita uma citação judicial contra Descartes, que não se apresenta pessoalmente ao Conselho da Cidade de Utrecht; só em 16 de junho de 1645, é que o filósofo apresenta sua resposta, em um texto latino, hoje perdido, que foi traduzido para o flamengo em 21 de fevereiro de 1648. Isso, no entanto, não evita que suas duas correspondências sejam declaradas libelos difamatórios. Em setembro de 1643, com medo de ser preso, Descartes faz o embaixador da França, M. de la Thuillerie, e seus amigos, de modo especial Huygens, intervirem a seu favor.⁴¹

Vejamos alguns pontos da carta a Voet que nos interessam na percepção da polêmica reinante quando Descartes escreve os *Princípios*. Descartes é enormemente cioso sua fé católica. Voet o compara ao defensor mais sutil

41 F. Alquié, op. cit., II, p. 893, III, p.7-8.

do ateísmo, César Vanini, que fora queimado vivo em Toulouse em fevereiro de 1619. O filósofo responde, indignado, mostrando que não rejeita os argumentos antigos e se seus argumentos não têm força suficiente para destruir o ateísmo, ele não deve ser chamado de ateu, mas sim, de incapaz de argumentar. Se o teólogo jesuíta Gregório de Valença (1551-1603) consegue, do mesmo modo que outros teólogos, provar a insuficiência das vias tomistas para a existência de Deus, a argumentação de Voet levaria então a que Tomás de Aquino fosse também chamado de ateu.⁴²

Outra passagem interessante da carta que parece ser um ataque pessoal é aquela em que Descartes faz alusão ao texto de Voet que o chama de estrangeiro e papista. Descartes lembra a seu desafeto que há um tratado entre o soberano francês e a república holandesa que concede direitos iguais para estrangeiros e nativos. No que diz respeito à tolerância religiosa – pois afinal a Holanda é, nessa época, predominantemente calvinista – Descartes faz apelo à liberdade religiosa que é concedida aos estrangeiros pelas leis holandesas. Ele diz que as injúrias e calúnias de Voet são tão baixas, que um inimigo não as dirigiria contra outro inimigo, um cristão contra um infiel, sem dar prova, nelas, de uma perversidade culpável. O final da carta

tem um tom ameaçador e sério. A autoridade, do mesmo modo que Deus, pode tardar a castigar os culpados. Todavia, quando a audácia é grande, nada a pode atrasar. Em razão disso, temos o tom ameaçador de Descartes em relação àqueles que desonram a religião publicando livros sem caridade e cheios de calúnias, pois, se a reprimenda tarda, isso não quer dizer que ela não venha um dia.⁴³

Não valeria a pena lermos aqui a defesa apresentada por Descartes aos Magistrados de Utrecht, porque ela já extrapola a data da publicação latina dos *Princípios*.

Importa-nos, ainda, analisar rapidamente o último artigo da quarta parte dos *Princípios*, quando, ao terminar toda a obra e ao reconhecer sua pequenês (*memor meæ tenuitatis*), Descartes nada afirma, mas submete tudo o que escrevera seja à autoridade da Igreja Católica, seja ao juízo dos mais sábios (*prudentialiorum*).⁴⁴ Estaríamos diante de uma subserviência, de uma figura de retórica, ou de um retrocesso? É muito difícil dar uma resposta categórica a essas indagações, porque uma resposta infirmaria as outras e, desse modo, teríamos fechado o pensamento para outras possibilidades. Talvez pudéssemos dizer que, por estranho que possa parecer, as três questões têm respostas afirmativas. O

42 A.T. VIII, 2, p. 176.

43 A.T. VIII, p. 194.

44 A.T. VIII, p. 1.329.

projeto de filosofia de Descartes, em primeiro lugar, não se pretende renovador da religião e da fé. O desejo da moral provisória do *Discurso*, de se manter fiel na religião na qual Deus lhe dera a graça de ser instruído desde a infância, continua ainda válido nessa fase da obra de Descartes.⁴⁵ Em segundo lugar, podemos ver que há também algo de retórica na afirmação de Descartes, na medida em que ele visa com os *Princípios* a um segmento muito especial da intelectualidade, o qual ele quer convencer da excelência de sua filosofia. Em terceiro lugar, podemos ver que há um certo retrocesso na afirmação, mas tal retrocesso faz parte de um movimento contínuo do cartesianismo. Talvez pudéssemos convir

com H. Gouhier que afirma que tudo isso acontece porque em Descartes, tanto o racionalismo como o tradicionalismo têm uma mesma raiz, que é a fé absoluta na verdade. (Cf. H. Gouhier, *La pensée religieuse de Descartes*, p.254.)

Ao encerrar aqui esta abordagem histórica dos *Princípios de Filosofia*, podemos dizer que escrever uma obra em forma de uma suma não era algo tão casual no pensamento de Descartes. A obra teve um plano bem concebido, obedeceu a uma estratégia bem clara de difusão do pensamento cartesiano e, sobretudo, teve seu nascimento ligado a um estado de ânimo ocasionado por problemas de interpretação e de leitura do cartesianismo pelos contemporâneos de Descartes.

45 A.T. VI, p. 13.

Referências Bibliográficas

- DESCARTES, René. Correspondance. In: ADAM, Charles; TANNERY, Adam (Eds.). *Œuvres*. Paris: Vrin, 1971. 12v, v.3.
- _____. Discours de la Méthode. In: ADAM, Charles; TANNERY, Adam (Eds.). *Œuvres*. Paris: Vrin, 1965. 12v., v.6
- _____. Meditationes de Prima Philosophia. In: ADAM, Charles; TANNERY, Adam (Eds.). *Œuvres*. Paris: Vrin, 1964. 12v., v.7.
- _____. Epistula ad Voetium. In: ADAM, Charles; TANNERY, Adam (Eds.). *Œuvres*. Paris: Vrin, 1965. 12v, v.8.
- _____. Regulae ad Directionem Ingenii. In: ADAM, Charles; TANNERY, Adam (Eds.). *Œuvres*. Paris: Vrin, 1965. 12v., v.10.
- _____. Principia Philosophiae. In: ALQUIÉ, Ferdinand (Ed.). *Œuvre philosophique*. Paris: Garnier, 1967, 1973. 3v., v.2 e 3.

GOUHIER, Henri. *La pensée religieuse de Descartes*. Paris: Vrin, 1973.

RODIS-LEWIS, Geneviève. *Descartes, Biographie*. Paris: Calmann Levy, 1995.